



Maria Milza Cardoso Ribeiro

A Contabilidade como ferramenta para gestão ambiental no caso do PROSAMIM I

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Instituto de Tecnologia
Mestrado Profissional em Processos Construtivos e
Saneamento Urbano

Dissertação orientada pelo Professor Dr. Norbert Fenzl



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
MESTRADO EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS E SANEAMENTO URBANO**

**A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO AMBIENTAL NO
CASO DO PROSAMIM I**

MARIA MILZA CARDOSO RIBEIRO

Belém - PA

2015



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
MESTRADO EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS E SANEAMENTO URBANO**

**A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO AMBIENTAL NO
CASO DO PROSAMIM I**

MARIA MILZA CARDOSO RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Processos Construtivos e Saneamento Urbano da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Norbert Fenzl.

**Belém - PA
2015**

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO AMBIENTAL NO CASO DO PROSAMIM I

MARIA MILZA CARDOSO RIBEIRO

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestra em Processos Construtivos e Saneamento Urbano, área de concentração Saneamento Urbano, e aprovada em sua forma final pelo Programa de profissional em Processos Construtivos e Saneamento Urbano (PPCS) do Instituto de Tecnologia (ITEC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Aprovada em 01 de Julho de 2015.

Dênio Ramam Carvalho de Oliveira, D. Sc. – Coordenador do PPCS.

Norbert Fenzl, Dr. UFPA - Orientador.

Comissão Examinadora:

João Augusto Pereira Neto, Dr.– UFPA.
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes, Dr.– UFPA.
(Examinador Interno)

O Deus, pela vida e grande força do universo, pela proteção universal das leis da sabedoria.

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe Maria Iracema Teixeira Cardoso (*in memoriam*) e meu amado pai Jorge Teixeira Cardoso (*in memoriam*) pelo esforço de colocar-me no caminho da vida de forma tão responsável;

A toda minha família, em especial ao meu esposo Ademir Teixeira Ribeiro que esteve ao meu lado durante essa jornada, não medindo esforços para ajudar-me em todas as situações tendo paciência e compreensão nos momentos que estive ausente para elaborar este intento.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Dr. Norbert Fenzl por dividir comigo seus conhecimentos e mostrando o caminho a seguir sempre de forma tão salutar;

Ao Prof. Dr. Dênio Ramam Carvalho de Oliveira pelo aporte de conhecimento;

Ao professor Doutor Jandecy Cabral Leite, do Instituto de Tecnologia Galileo da Amazônia - ITEGAM, que não me deixou desistir, e ao corpo de docentes da Universidade Federal do Pará, por ter acreditado em nós, mestrandos, e por nos ter dado a oportunidade de fazer parte desse conceituado estabelecimento de ensino, pesquisa e desenvolvimento dos estudantes da Amazônia;

A Unidade de Gerenciamento do Programa – PROSAMIM, na pessoa da Dra. Yolanda, que me oportunizou o estudo deste relevante trabalho, juntamente com as pessoas que ali labutam que sempre se propuseram a contribuir com esta obra.

RESUMO

Nas últimas décadas o Governo do Estado do Amazonas, implantou em 2003 o Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM que tem como proposta a urbanização desses igarapés e reassentamento das famílias, tendo como principal intervenção os Igarapés: do Mestre Chico, do Bittencourt e da Bacia do Igarapé do Quarenta. Objetivou-se apresentar a importância da contabilidade pública bem como da transparência advinda de suas demonstrações contábeis que atualmente são pré-requisitos em todo nível da Administração. Mediante uma pesquisa bibliográfica e um levantamento de dados na Internet e na Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus podemos afirmar que os recursos naturais compõem um patrimônio público e devem ser reconhecidos nos demonstrativos contábeis e orçamentários dos entes federativos como recursos capazes de gerar benefícios futuros (ativos, receitas), bem como os (passivos, despesas), decorrentes da ação de entidades públicas e privadas. Pode-se verificar que a informação contábil constitui instrumento relevante para auxiliar na gestão dos recursos ambientais pelas entidades governamentais. Verificou-se a partir da legislação consultada que o poder público possui responsabilidades perante o meio ambiente, que constitui um bem público a ser usado de forma sustentável e que a gestão ambiental racional dos recursos ambientais é uma função de governo. Enfim, por meio de suas práticas, funções e técnicas verificam-se o potencial da Contabilidade, em auxiliar e contribuir para a Gestão Ambiental no Programa Social dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM I.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Gestão Ambiental. PROSAMIM I.

ABSTRACT

In recent decades the Government of the State of Amazonas, implemented in 2003, the Sanitation Program of Manaus Igarapés - PROSAMIM that proposes the urbanization of these streams and resettlement of families, the main intervention the Igarapés: Master Chico, the Bittencourt and Forty of the affluent of the Basin. The objective was to present the importance of public accountability and transparency arising from its financial statements currently are prerequisites at all levels of management. Through a literature search and data collection on the Internet and Unit of Social and Environmental Management Program of Igarapés of Manaus we can say that natural resources constitute a public asset and should be recognized in the accounting and budgetary statements of federal entities as resources capable to generate future benefits (assets, revenues), as well as (liabilities, expenses) resulting from the action of public and private entities. It can be seen that the accounting information is a relevant tool to assist in the management of environmental resources by government entities. It was found from the legislation consulted that the government has responsibilities towards the environment, which is a public good to be used sustainably and that the environmentally sound management of the environment is a government function. Finally, through its practices, functions and technical check up the potential of Accounting, to assist and contribute to the Environmental Management in the Social Program of Manaus Igarapés - PROSAMIM I

Keywords: Public Accounting .Environmental Management. PROSAMIM I

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	1
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS	2
1.1.1 Objetivo Geral	2
1.1.2 Objetivos Específicos	2
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	3
1.3 METODOLOGIA.....	4
1.4 ESTUDO – PESQUISA	4
1.5 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	5
CAPÍTULO II	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 CONTABILIDADE E CONTABILIDADE PÚBLICA	6
2.1.1 Receitas Públicas	7
2.1.2 Despesas Públicas	7
2.1.3 Sistemas de Contas na Contabilidade Pública	8
2.1.4 Relatórios e Demonstrações Contábeis	8
2.2 GESTÃO PÚBLICA	8
2.3 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA – UM BREVE HISTÓRICO.....	9
2.4 GESTÃO AMBIENTAL	10
2.4.1 Responsabilidade Social	15
2.4.2 A Sustentabilidade Social no PROSAMIM I	15
CAPÍTULO III	18
3 UM BREVE HISTÓRICO – PROSAMIM	18
3.1 A CRIAÇÃO DO PROSAMIM	18
3.2 ÁREA DE ESTUDO – PROSAMIM I.	21
CAPÍTULO IV	27
4 A CONTABILIDADE, OS CUSTOS E FINANCIAMENTOS NA GESTÃO AMBIENTAL DO PROSAMIM I	27

4.1 A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE DOS CUSTOS E FINANCIAMENTOS NA GESTÃO AMBIENTAL DO PROSAMIM I.....	27
4.2 CUSTOS E FINANCIAMENTOS	28
4.3 A APLICAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PROSAMIM I.....	33
CAPITULO V	53
5 RESULTADOS OBTIDOS	53
CAPITULO VI.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
6.1 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Custo e Financiamento	31
Tabela 2 Resumo das Soluções de Reposição de Moradia concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM	54
Tabela 3 Custo e Financiamento-área social	56
Tabela 4 Custo e Financiamento-área urbanística	57
Tabela 5 Custo e Financiamento-Infraestrutura	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Habitações populares em locais inadequados	11
Figura 2 – Habitações populares em locais inadequados	14
Figura 3 – Articulação institucional do PROSAMIM	18
Figura 4 – Estudos, Planos e Projetos do PROSAMIM	19
Figura 5 – Igarapé do Mestre Chico antes da intervenção do PROSAMIM l.....	22
Figura 6 – Situação do Mestre Chico após intervenção do PROSAMIM l.....	22
Figura 7 – Igarapé do Quarenta antes da intervenção do PROSAMIM l.....	23
Figura 8 – Igarapé do Quarenta após da intervenção do PROSAMIM l.....	23
Figura 9 – Igarapé do Bittencourt antes da intervenção do PROSAMIM l.....	24
Figura 10 – Igarapé do Bittencourt depois da intervenção do PROSAMIM l.....	24
Figura 11 – Igarapé de Manaus antes da intervenção do PROSAMIM l.....	25
Figura 12 – Igarapé de Manaus após da intervenção do PROSAMIM l.....	25
Figura 13 – Complexo de vivendas do PROSAMIM l.....	28
Figura 14.a -Balço Orçamentário/2006	34
Figura 14.b -Balço Orçamentário/2007	35
Figura 14.c -Balço Orçamentário/2008	36
Figura 14.d -Balço Orçamentário/2009	37
Figura 15.a -Balço Financeiro/2006	39
Figura 15.b -Balço Financeiro/2007	41
Figura 15.c -Balço Financeiro/2008	43

Figura 15.d -Balanço Financeiro/2009	45
Figura 16.a -Balanço Patrimonial/2006	48
Figura 16.b -Balanço Patrimonial/2007	49
Figura 16.c -Balanço Patrimonial/2008	50
Figura 16.d -Balanço Patrimonial/2009	51
Figura 17 – Área de lazer do PROSAMIM I.....	56
Figura 18 – Melhorias Urbanas do PROSAMIM I.....	57
Figura 19 – Saneamento do Igarapé PROSAMIM I.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARSAM	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
LOA	Lei Orçamentária Anual
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
SDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMOSB	Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico
SMULSP	Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos
SUHAB	Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas
UGPI	Unidade de Gerenciamento do Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente é uma constante observada no Estado do Amazonas, uma vez que o referido território abrange uma área de 1.559.161,682 km², segundo dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). Devido a sua importância ecológica e seu tamanho territorial, se faz necessária a observância das responsabilidades sociais e do desenvolvimento sustentável, em todos os meios da sociedade.

A cidade de Manaus é a capital que mais cresce no Brasil. Segundo o último Censo, entre 2000 e 2010 a cidade teve um crescimento de 22%, e sua população atingiu a marca de 1.802.525 hab. No entanto, a paisagem da cidade é marcada pelos Igarapés, que foram ocupados por habitações precárias e sofreram forte degradação ambiental.

Ocorre, porém que esse forte crescimento populacional da cidade não veio acompanhado de estruturas urbanas compatíveis, o que originou ocupações irregulares nas áreas dos igarapés principalmente na parte central de Manaus é considerado um dos principais problemas urbanos da capital (CORREA, 2007); (COSTA, 2012).

A administração pública exerce um papel estratégico na promoção de mudança dos padrões de consumo e de produção, sobretudo, no que se refere à inserção de critérios ambientais em suas próprias atividades administrativas. Assim o objetivo deste trabalho é buscar informações sobre a aplicação da Contabilidade na Gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM (em particular do PROSAMIM I), Programa implantado pelo Governo do Estado do Amazonas e verificar até que ponto a contabilidade contribuiu para a gestão desse programa.

De acordo com Machado (2002), os governos são importantes agentes econômicos, consumidores de bens e serviços e podem gerar, no exercício de suas funções e atividades, significativos impactos ambientais. Sendo assim, a contribuição e o exemplo que as instituições governamentais possam dar para que se promova a mudança dos atuais padrões de consumo da sociedade e a adoção de processos de produção que não prejudiquem o meio ambiente são relevantes e devem ser considerados.

Convém ressaltar que o foco de observação deste estudo não está centrado em uma organização empresarial que visa o lucro, mas sim em uma organização pública que deve visar, acima de seus próprios interesses, os interesses e o bem-estar do cidadão. Assim, embora exista na administração pública uma busca pela otimização de custos e gastos, é de grande importância a observação dos outros motivos que justifiquem a gestão ambiental, além dos econômicos (CARVALHO, 2001).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Demonstrar como foi aplicada e qual a contribuição da Contabilidade na Gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM I.

1.1.2 Objetivos Específicos

Delimitar a evolução da preocupação da sociedade com o meio ambiente e a importância da aplicação dos recursos públicos para a sua preservação nos dias atuais;

Identificar as vantagens que as entidades governamentais passam a ter após a implantação de um programa institucional observando a responsabilidade social e a gestão ambiental;

Analisar a contabilidade, os custos e financiamentos, na gestão do PROSAMIM I, utilizando-se de todos os dados e seus demonstrativos contábeis.

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Para auxiliar a gestão do PROSAMIM, a contabilidade tem como objetivo analisar todos os aspectos dessa gestão, mostrando o nível de eficiência da gestão do programa. Isso porque, transformações significativas no ambiente competitivo, correntes nas últimas décadas, têm pressionado as entidades governamentais a considerar, com empenho e comprometimento cada vez maiores, o impacto de suas operações sobre o meio ambiente, tanto em uma perspectiva atual como futura.

As razões para isso são diversas: em primeiro lugar, consumidores, cada vez mais conscientes das limitações de recursos oriundos do ambiente natural e da necessidade de um desenvolvimento sustentável, passaram a exigir um comportamento ambientalmente correto das organizações, exercendo uma forte e crescente pressão sobre empresários e governantes (MACHADO, 2002).

Com o PROSAMIN I, observa-se que sua implantação tem contribuído para a transformação de um cotidiano urbano e da vida das pessoas, pois a ocupação populacional das margens e leitos dos igarapés representa um dos principais problemas urbanos de Manaus. Para Oliveira (2003, p. 77), “a produção da moradia nos ajuda a compreender a paisagem que, sem abandonar toda a riqueza da morfologia urbana, expressa a aparência da cidade, tornando-se um fator importante no tecido urbano e no conteúdo demográfico da cidade”

Essa consciência da importância de se lutar pela preservação do meio ambiente, observada a realidade populacional, advém da constatação do desequilíbrio ecológico provocado pelo homem na natureza e o que isso contribui para as mazelas advindas desse desequilíbrio. Embora as ações ambientais realizadas pelas entidades governamentais não sejam suficientes, os esforços e os avanços da política governamental se tornam referências e modelos para a adoção de patamares e padrões de excelência ambiental (DIAS, 2006).

É necessário, portanto, admitir o papel estratégico que o governo possui como indutor de mudanças bem como o papel fundamental da contabilidade pública para a continuidade de projetos que beneficiam tanto a população quanto o meio ambiente de forma sustentável.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentais.

Neste estudo, a abordagem metodológica utilizada é caracterizada, quanto a sua natureza como qualitativa, com o intuito de produzir conhecimentos e gerar indagações novas acerca do objeto estudado, descrevendo e interpretando-os. Quanto aos fins foi exploratória que tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema.

A pesquisa foi desenvolvida com informações coletadas nos locais onde o estudo foi feito, com dados colhidos pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento do Programa, no caso o Governo do Estado do Amazonas, através da unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI, onde, através de documentos como: Relatório Inicial, Contato de Empréstimo nº 1.692/OC-BR, se pode obter maiores informações acerca da pesquisa.

Quanto à pesquisa bibliográfica foi feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites.

1.4 ESTUDO – PESQUISA

O assunto estudado limita-se ao Programa dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM I, que compreende a Bacia Hidrográfica dos Educandos, constituído pelas sub-bacias dos Igarapés de Manaus, Igarapés do Mestre Chico, Igarapés do Bittencourt e Quarenta. Para se ter um conhecimento dessa ação governamental,

foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental. Bibliográfica porque abrange a leitura e interpretação de livros, artigos e dissertações sobre assuntos relacionados ao tema.

1.5 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

A estrutura do trabalho apresenta-se em cinco capítulos:

Capítulo I: demonstra a importância e relevância do tema, identificando o problema, os objetivos gerais, e específicos, a metodologia aplicada, evidencia e limita a área da pesquisa, bem como a estrutura e descrição dos capítulos;

Capítulo II: trata da base teórica necessária e define os temas: contabilidade, contabilidade pública, gestão ambiental pública, gestão ambiental, responsabilidade social.

Capítulo III: Delimita-se a área estudada PROSAMIM I.

Capítulo IV: Apresenta-se um estudo sobre a relação da contabilidade dos custos e financiamentos e a contribuição na Gestão Ambiental desse Programa.

Capítulo V: estão os resultados obtidos;

Capítulo VI: apresentam-se as considerações finais – conclusões.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem-se como finalidade apresentar os conceitos fundamentais sobre a Contabilidade, Contabilidade Pública, e a Gestão Ambiental, Gestão Ambiental Pública.

2.1 CONTABILIDADE E CONTABILIDADE PÚBLICA

Atualmente a contabilidade, além do registro de transações econômicas, passa a apresentar eventos ambientais, assumindo o papel de divulgação das ações de gestão ambiental, tendo em vista prevenir e corrigir danos, bem como salvaguardar os patrimônios empresarial e nacional. Essa imposição independe da entidade ser ou não ambientalmente íntegra (LIMA & VIEGAS, 2002, p,47).

Segundo Neves e Viceconti (1995, p.1) contabilidade “é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio, apurar o resultado e prestar informações aos seus usuários”.

Segundo Mota (2009), a Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa estabelecida no orçamento público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e das despesas, revela as variações patrimoniais, demonstra o valor do patrimônio e controla: as operações de crédito, a dívida ativa, os créditos e as obrigações.

A contabilidade pública é utilizada para registrar, acumular, controlar e mostrar os fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, todas as entidades de direito público interno que lhes sejam vinculados (ARAÚJO, ARRUDA, BARRETO, 2009, p.102).

Já Silva (apud Arruda e Barreto, 2009, p. 11) aponta a Contabilidade Pública como “genuíno instrumento de controle social e democratização da gestão governamental, sendo por isso importante – essencial mesmo – a difusão de seu conhecimento na sociedade”.

Para Araújo, Arruda, Barretto (2009, p.107) “a contabilidade pública, na forma preconizada pela Lei n. 4.320/1964, deve evidenciar a situação de todos os que arrecadem receitas, efetuam despesas, administrem ou guardem bens”.

E ainda permite o acompanhamento da execução orçamentária, a capacidade da composição patrimonial, determina os critérios de avaliação dos custos dos serviços industriais, coleta dados dos balanços, analisa e interpretação os resultados econômicos e financeiros (ARAÚJO, ARRUDA, BARRETTO 2009, p.107).

2.1.1 Receitas Públicas

As receitas públicas compreendem um conjunto de ingressos ou entradas nos cofres públicos de recursos numerários, rendas ou outros bens representativos de valores, recebidos pelo Estado ou por outras pessoas de direito público, para pagar as despesas essenciais ao exercício das suas funções principais, em atendimento as necessidades públicas e ao incentivo e desenvolvimento econômico e social (ARAÚJO, ARRUDA, BARRETTO, 2009, p.38).

2.1.2 Despesas Públicas

As despesas públicas compreendem um conjunto de gastos realizados pelo Estado para o atendimento dos serviços e encargos em decorrência da responsabilidade do Poder Público em atender aos interesses gerais da coletividade, nos termos da Constituição Federal e das leis, ou no decurso de contratos ou outros ajustes semelhantes. A realização da despesa pública, dependente do programa de trabalho constante na Lei Orçamentária Anual-LOA (ARAÚJO, ARRUDA, BARRETTO, 2009, p.50).

2.1.3 Sistemas de Contas na Contabilidade Pública

Para inspecionar e analisar os fatos da administração pública, a Contabilidade Pública é utilizada, basicamente, três sistemas de contas denominados Sistema Orçamentário Sistema Financeiro e Sistema Patrimonial (ARAÚJO, ARRUDA, BARRETO, 2009, pag.110).

2.1.4 Relatórios e Demonstrações Contábeis

Conforme Araújo, Arruda e Barreto (2009, pag.111), o Balanço Orçamentário, definido no artigo 102 da Lei n.4.320/1964, apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas no Orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas executadas (arrecadadas e recolhidas aos cofres públicos) e com as despesas executadas (empenhadas).

Os mesmos autores Araújo, Arruda e Barreto (2009, pag.112) “definido no art. 103 da Lei n. 4.320/1964, o Balanço Financeiro apresenta as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária os saldos iniciais e finais das disponibilidades”.

Ainda segundo os autores (2009, pag.118) “o Balanço Patrimonial demonstra de forma detalhada os componentes patrimoniais (ativo, passivo e saldo patrimonial), conforme o art. 105 da Lei 4320/1964”.E a demonstração das variações patrimoniais, conforme os autores, “evidenciam as alterações as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, conforme estabelece o art. 104 da Lei n. 4.320/1964”.

2.2 GESTÃO PÚBLICA

Entende-se que a Gestão Pública é um projeto amplo de desenvolvimento para alcançar determinados fins, como: para reduzir a pobreza, para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para aumentar a

conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura. (NASCIMENTO, 2010, p.1).

A gestão e a administração pública requerem conhecimento de como funciona a máquina pública em seus diversos setores, além de uma análise das formas de mensuração dos resultados econômicos e sociais (NASCIMENTO, 2010, p.3).

Segundo Nascimento (2010, p.3) “por outro lado, a nova gestão pública representa um modelo de administração emergente que tem objetivo identificar e equacionar a crise do Estado”.

2.3 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA – UM BREVE HISTÓRICO

A preocupação com a questão sobre a gestão ambiental teve a iniciativa pelos governos dos Estados nacionais à medida que os problemas surgiam. As primeiras declarações sobre gestão ambiental era procurar solucionar problemas com a falta de recursos, mas somente depois da revolução Industrial que os problemas com a poluição começaram a ser enquadrados em um sistema. Os governos por algum tempo tratavam essas questões, quase exclusivamente de caráter corretivo, isto é, os governos só se davam conta dos problemas ambientais depois que eles já haviam acontecidos, muito embora isso ainda aconteça. Essa maneira de agir produz ações divididas apoiadas em medidas pontuais, pouco integradas e de baixa eficácia (BARBIERI, 2007, p.65).

Em 1970, foi dado o início em vários países às questões sobre as políticas governamentais que se preocuparam em tratar as questões ambientais de modo harmonioso, estabelecendo uma abordagem preventiva. Contribuíram para essa mudança os debates sobre a relação entre o meio ambiente e desenvolvimento e os acordos ambientais multilaterais após a Conferência de Estocolmo de 1972 (BARBIERI, 2007, p.65).

Para Barbieri (2007, p.65), “Gestão ambiental pública é a ação do Poder Público conduzido de acordo com uma política pública ambiental”. E ainda, Segundo

Barbieri (2007, p.65), entende-se por “política pública ambiental o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação do Poder Público dispõe para produzir efeitos desejáveis no meio ambiente”.

Diante dessa perspectiva, percebe-se que, o envolvimento dos Estados nacionais é cada vez mais intenso em questões ambientais, pois as diversidades dessas questões fizeram surgir uma variedade de instrumentos de políticas públicas ambientais de que o Poder Público pode valer para evitar novos problemas ambientais, bem como para eliminar ou minimizar os existentes (BARBIERI, 2007, p.65).

2.4 GESTÃO AMBIENTAL

Segundo Braga (2011, p.14), em um conceito muito amplo, portanto, gestão ambiental significa incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado ao desenvolvimento sustentável.

Gestão Ambiental é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Inclui uma série de atividades que devem ser administradas, tais como: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programa de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, adequar os produtos às especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da empresa. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades (KRAEMER, 2003).

De acordo com Jacobi (2000, p. 17) “os moradores urbanos vivenciam e enfrentam os graves problemas ambientais”. Este entendimento se converte em mais um argumento que favorece a adoção do PROSAMIM I que, de acordo com a UGPI (2010), os componentes do citado programa estão legitimados sobre quatro aspectos, sendo (1) Social: saúde, habitação, geração de renda e educação; (2)

Ambiental: saneamento básico, recuperação de áreas degradadas e recuperação de Igarapés; (3) Engenharia: construção de habitações, parques urbanos, sistemas de drenagem e esgoto e recuperação de patrimônio; (4) Institucional: fortalecimento de instituições para sustentabilidade do programa e aspectos legais. A realidade dos igarapés de Manaus mostra um desacordo com os aspectos acima citado, como pode ser observado na figura 1:



Figura 1: Habitações populares em locais inadequados.
Fonte: UGPI, 2010.

Tal conceito pode ser verificado na visão de Donaire (1999, apud Braga, 2011, p.14) que coloca “ao apresentar que gestão ambiental significa incorporar a temática ambiental ao planejamento estratégico e operacional da entidade, compatibilizando os objetivos ambientais aos demais objetivos da organização”.

Segundo Donaire (1999, p. 108, apud. Braga, 2011, p.15), atualmente, “a maneira mais adequada de estabelecer um sistema de gestão ambiental é obedecer às Normas 14001 e 14004 da ABNT”.

A gestão ambiental apoia-se essencialmente em quatro atividades principais: prevenção das ações de degradação, recuperação dos danos já causados ao meio ambiente, monitoramento das ações implementadas para correção e ou prevenção e reciclagem de materiais e ou produtos (RIBEIRO, 1997).

Ferreira (2003, p. 41) aponta que o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva.

Dias (2006) aponta as principais vantagens competitivas da gestão ambiental como sendo:

- Com o cumprimento das exigências, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- Adotando um design do produto com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- Com redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a consequente redução nos custos de produção;
- Ao se reduzir ao mínimo a quantidade de material utilizado por produto, há redução dos custos de matéria-prima e do consumo de recursos;
- Quando se utilizam materiais renováveis, empregando-se menos energia pela facilidade de reciclagem, melhora-se a imagem da organização;
- Com a organização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;

- Com a otimização do uso do espaço nos meios de transportes, há redução nesse tipo de gasto com conseqüente diminuição do consumo de combustível, o que diminui a quantidade de gases nomeio ambiente.

Os componentes do PROSAMIM sustentam a necessidade de se corrigir o que Rolnik (2004) define como urbanismo de risco:

Nas periferias (ou favelas, ocupações, invasões), o urbanismo é eternamente incompleto e, no mais das vezes, de risco. Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção, ou ainda da condição jurídica da posse do território. As terras onde se desenvolvem esses mercados de moradia para os pobres são, em geral, justamente aquelas que, pelas características ambientais, são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças (ROLNIK, 2004, p. 111).

Já segundo Reis (1995), o objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada. A busca permanente da qualidade ambiental é, portanto, um processo de aprimoramento constante do sistema de gestão ambiental global de acordo com a política ambiental estabelecida pela organização.

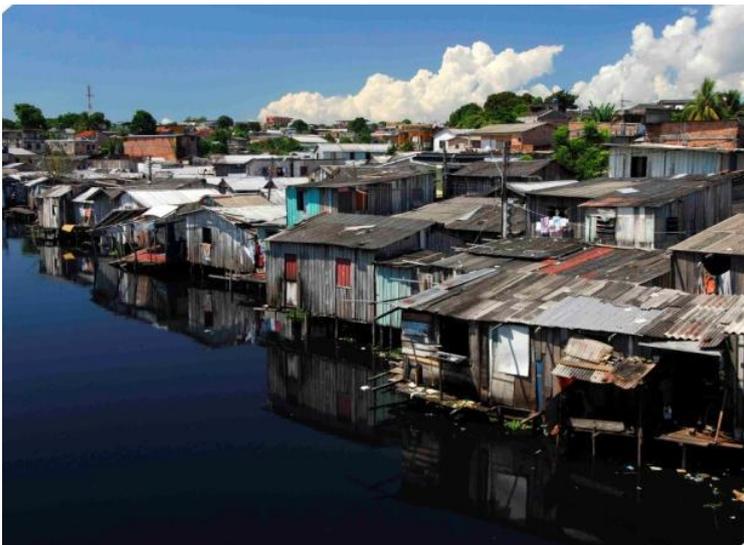


Figura 2: Habitações populares em locais inadequados.
Fonte: UGPI, 2010

No caso do PROSAMIM, quase todas as moradias que se encontram nas zonas de risco contavam com serviços precários de eletricidade e água obtidos em sua maioria de forma clandestina. Apesar disso, estas famílias ocupavam moradias com localização no Centro da cidade, próximo às fontes de emprego, de transportes coletivos, de serviços públicos, da educação e da saúde, bem como, outras infra-estruturas sociais disponíveis na área (PROSAMIM, 2008).

Há também objetivos específicos da gestão ambiental, que são definidos segundo a norma brasileira – NBR ISO 14.000. Os certificados de gestão ambiental da série ISO 14000 atestam a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização, possuem como intuito a padronização dos processos de empresas que utilizassem recursos tirados da natureza ou causassem algum dano ambiental decorrente de suas atividades.

Além dos objetivos oriundos da norma ISO, em complemento, na prática, observam-se outros objetivos que também podem ser alcançados através da gestão ambiental, a saber:

- Gerir as tarefas da empresa no que diz respeito a políticas, diretrizes e programas relacionados ao meio ambiente e externo da companhia;
- Manter, em geral, em conjunto com a área de segurança do trabalho, a saúde dos trabalhadores;
- Produzir, com a colaboração de toda a cúpula dirigente e os trabalhadores, produtos ou serviços ambientalmente compatíveis;
- Colaborar com setores econômicos, a comunidade e com os órgãos ambientais para que sejam desenvolvidos e adotados processos produtivos que evitem ou minimizem agressões ao meio ambiente.

2.4.1 Responsabilidade Social

Há muitas definições de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). De acordo com Toldo (2002):

São estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento e, portanto, esse envolvimento deverá ser duradouro. É um comprometimento (TOLDO, 2002, p. 84)

Dias (2006) faz uma importante observação ao afirmar que a responsabilidade social ambiental está contida na responsabilidade social empresarial e deve ser entendida como parte integrante desta, nunca de maneira isolada.

O papel das organizações esta mudando, ainda que lentamente, mas com rumo definido para uma responsabilidade social, inserindo-se com mais um agente de transformação e de desenvolvimento nas comunidades; participando ativamente dos processos sociais e ecológicos que estão no seu entorno e procurando obter legitimidade social pelo exemplo, e não mais unicamente pela sua capacidade de produzir. Ao seu papel econômico que continua fundamental, agrega-se outro que assume conscientemente, de assumir maior responsabilidade social, onde se inclui a perspectiva ambiental. (DIAS, 2006, p. 161)

A responsabilidade social em questões ambientais tem-se traduzido em adoção de práticas que extrapolam os deveres básicos tanto do cidadão quanto das organizações. Constitui-se, em sua maioria, em ações voluntárias que implicam um comprometimento maior que a simples adesão de obrigações advindas da legislação. (DIAS, 2006)

2.4.2 A Sustentabilidade Social no PROSAMIM

A desigualdade social e o uso inadequado dos recursos naturais são fatores que comprometem a sustentabilidade social. De acordo com Sachs (2008, p. 15), “o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social”. Portanto, deve-

se considerar que a sustentabilidade social está atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável, condição esta determinante para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para Maricato (2000, p. 184), “a predação ambiental e social, quando atinge as dimensões atingidas em nossas cidades, exige do Estado, quando se dispõe a enfrentar o problema, uma intervenção integrada e participativa”. Nesse sentido, torna-se imprescindível sanar certos agravantes sociais para que assim seja promovida a sustentabilidade social.

De acordo com as informações coletadas na UGPI, para a intervenção nos Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, as atividades econômicas foram tratadas de três formas: (1) indenização fundo de comércio: indenização de aproximadamente R\$ 1.500,00 para atender o beneficiário enquanto instala a atividade na nova moradia; (2) financiamento da AFEAM: convênio entre o PROSAMIM e a Agência de Fomento do Estado, que visa a disponibilização de recursos para a compra de máquinas e equipamentos e capital de giro para micro empresários ou profissionais autônomos beneficiados pelo Programa, e (3) também realiza ações de capacitação relacionadas a empreendedorismo e higiene e manipulação de alimentos para os que trabalham nessa área.

Segundo Sant’Anna (2007, p. 213),

a participação da comunidade não se limita a informá-la sobre o projeto, e sim informá-la e receber suas reações quanto ao projeto, conhecer suas preocupações e necessidades, seus valores, bem como as sugestões de melhorias para a atividade proposta.

Outro aspecto que caracteriza a sustentabilidade social do PROSAMIM é a utilização dos parques pela população que é acima da expectativa inicial, tornando-se importantes centros de lazer e convivência social da população de Manaus, que reconhece e manifesta espontaneamente a aprovação do PROSAMIM, sinônimo de solução para os problemas dos Igarapés.

Ainda conforme Sant'Anna (2007, p. 211)

quanto mais a população participa e opina em sua própria gestão, maior e o seu comprometimento com as decisões tomadas e com seu respectivo controle, ainda que seus resultados não sejam totalmente favoráveis as opiniões de alguns, a população acaba por se sentir parte do empreendimento e responsável por seu controle, o que é positivo para toda a cidade.

CAPÍTULO III

3 UM BREVE HISTÓRICO – PROSAMIM

3.1 A CRIAÇÃO DO PROSAMIM

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM, foi criado em 2003 onde teve início um trabalho com as comunidades que seriam atendidas posteriormente (PROSAMIM, 2012).

Para a concretização do PROSAMIM houve a articulação institucional dos vários entes, conforme evidenciado na Figura 3:



Figura 3- Articulação institucional do PROSAMIM.
Fonte: UGPI, 2010

O PROSAMIM tem um prazo de duração previsto para 12 (doze) anos, exigindo planejamento sistemático e participação efetiva da comunidade, tanto durante sua preparação quanto após a conclusão das ações e obras, isto pela necessidade de utilização adequada e conservação das áreas urbanizadas.

Os problemas como falta de saneamento, urbanização e habitação, ao longo de quatro décadas, foram grandes. Com a instalação da Zona Franca, muitas pessoas, sem opções de moradia e sem renda, instalavam-se as margens dos rios e dos igarapés da cidade. Em 2003, governos de administrações passadas não conseguiam arranjar financiamentos para fazer investimentos em obras de infraestrutura, saneamento e habitação.

A execução das obras previstas no PROSAMIM decorre da realização de estudos, planos e projetos, conforme representado graficamente na Figura 4:



Figura 4- Estudos, Planos e Projetos do PROSAMIM.
Fonte: UGPI, 2010.

Em 19 de janeiro de 2006, foi firmado o primeiro contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo do Estado do Amazonas. Nesse mesmo período iniciaram as duas primeiras etapas do programa, sendo que a primeira aconteceu na Bacia dos Educandos, localizado na Zona Sul de Manaus, pois esta é a mais densamente povoada por construções irregulares as margens dos igarapés.

Cabe ao Governo do Estado do Amazonas, a responsabilidade de tomar o empréstimo, aportar a contrapartida e executar as obras e ações previstas, exceto as relacionadas com o abastecimento de energia elétrica, a ser executada pela Manaus Energia S/A. Após a realização dos investimentos, caberá a Prefeitura

Municipal de Manaus, como Poder Concedente dos sistemas e serviços urbanos, a operação e manutenção dos mesmos.

Os cinco igarapés foram elencados na Bacia dos Educandos, para ações do PROSAMIM: Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Igarapés do Quarenta. Como contrapartida o Governo do Estado executou obras nos igarapés do Franco, Bombeamento, Santo Agostinho, Passarinho, Sapolândia, Bindá e Treze de Maio. Em julho de 2012 foi dado início a terceira etapa do Programa, onde já contabilizava investimentos de US\$ 930 milhões, já somados os US\$ 400 milhões liberados para a terceira etapa de obras na Bacia do São Raimundo (PROSAMIM, 2012).

Em fevereiro de 2012 o PROSAMIM já havia beneficiado com moradias 69.640 pessoas, em Manaus. Isto aconteceu por meio da construção de 2001 moradias e doação de mais 1.144 com investimento de R\$ 134.908.117,47 em recursos do Governo do Estado (PROSAMIM, 2012).

O Programa já construiu quase 130 km de rede de esgoto só na Zona Sul de Manaus; construíram pontes, novas vias para o escoamento, nos bairros onde possui intervenções de obras; restaurou e recuperou a centenária Ponte Benjamim Constant; construiu sete (07) parques com áreas verdes e para lazer, que somaram 218.802 m²; ajudou a reduzir em 50% a criminalidade e a quantidade de coliformes fecais que eram despejados das palafitas diretamente nos igarapés (PROSAMIM).

O PROSAMIM iniciou, em 2006, o Programa já construiu e entregou em 2011 unidades habitacionais, na Zona Sul da cidade, sendo que todas possuem abastecimento de água e está ligada a rede coletora de esgoto. Tão logo passaram a residir nestes parques residenciais aproximadamente 10 mil pessoas deixaram de lançar diretamente nos igarapés, aproximadamente 800.000, litros de esgoto sanitário e oito mil quilos de lixo doméstico, por dia (PROSAMIM, 2012).

3.2 ÁREA DE ESTUDO – PROSAMIM I

Para o PROSAMIM I, (2012) a área estudada compreende a Bacia dos Educandos, localizado na Zona Sul de Manaus. Os cinco igarapés elencados para ações do PROSAMIM I, foram Igarapé de Manaus, Igarapé Bittencourt, Igarapé Mestre Chico e Igarapé do Quarenta.

Cada unidade habitacional possui 2 dormitórios, sala, banheiro e cozinha, totalizando, em média, uma área de 56m². As primeiras unidades construídas chegaram até a 61m², mas todas as unidades, inclusive aquelas construídas pelos segundo e terceiro projetos de edificação, possuem, pelo menos, 54m².

Esse tipo de solução habitacional foi oferecido para os proprietários moradores das antigas residências, assegurando o direito de reconstrução da moradia na mesma área, ou em áreas próximas daquelas de onde foram removidas as moradias originais.

O Parque Residencial Mestre Chico possui 498 unidades habitacionais e encontra-se em fase final de execução. No Parque Residencial Mestre Chico foi adotada a unidade habitacional tipo 3. Nessa tipologia, os espaços livres de uso público entre as edificações são menos generosos que nas Tipologias 1 e 2 sem que, no entanto, se perca a qualidade desses espaços.

Da mesma forma que nas tipologias 1 e 2, as áreas abertas são dotadas de calçadas, praças, mobiliário urbano e vegetação. A disposição das edificações no terreno e as distâncias mantidas entre elas garantem as condições de ventilação e iluminação natural, bem como a privacidade dos seus ocupantes.

O Programa em sua primeira fase, foram previstas as realizações de obras nas sub-bacias dos Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, continuando com as obras do Quarenta, todas, correspondentes às ações de sustentabilidade social e institucional (PROSAMIM I, 2012).



Figura 5 -Igarapé do Mestre Chico antes da intervenção
Fonte: Elaborada pelo autor.

As figuras 5 e 6 ilustram a situação anterior e atual em área de intervenção no Igarapé do Mestre Chico, mostrando a transformação ocorrida.



Figura 6-Situação após intervenção do PROSAMIM I
Fonte: www.hardmob.com.br.

O Programa em sua primeira fase foi previstas as realizações de obras, correspondentes às ações de sustentabilidade social e institucional (PROSAMIM I, 2012).



Figura 7 –Igarapé do Quarenta antes da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: www.hardmob.com.br

A figuras 7 e 8 demonstram com o antes e o depois o quanto o Igarapé do Quarenta evoluiu ao longo da sua transformação.



Figura 8 - Igarapé do Quarenta após da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: www.hardmob.com.br

O processo exposto nas figuras 9 e 10 referem-se às obras realizadas no Igarapé de Manaus e Bittencourt, antes e após a intervenção do PROSAMIM I.



Figura 9–Igarapé do Bittencourt antes da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: <http://www.senadoreduardobraga.com.br/>



Figura 10 –Igarapé do Bittencourt após da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: <http://www.senadoreduardobraga.com.br/>

As figuras 9 e 10 apresentam as transformações do Igarapé de Manaus, antes e depois da intervenção do PROSAMIM I.



Figura 11–Igarapé de Manaus antes da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: <http://www.senadoreduardobraga.com.br/>

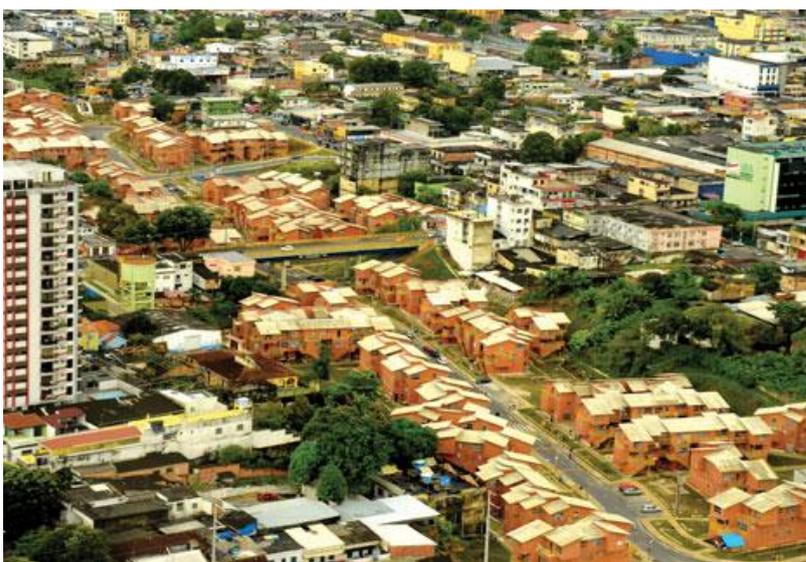


Figura 12–Igarapé de Manaus após da intervenção do PROSAMIM I
Fonte: <http://www.senadoreduardobraga.com.br/>

O PROSAMIM I nasceu para que suas ações promovessem a manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, assegurando a preservação do patrimônio ambiental de Manaus e do Estado do Amazonas, de forma a contribuir, em longo prazo, para melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense.

Na sua fase inicial o Programa também contribuiu para o desenvolvimento social e econômico de Manaus, em particular dos moradores da bacia hidrográfica dos Educandos – Quarenta (PROSAMIM I, 2012).

A planta térrea oferece diversas possibilidades de alteração da tipologia das edificações para instalação de comércio, o que é proibido pelo Programa. Nos apartamentos duplex, a solução de quartos num pavimento e sala, banheiro e cozinha em outro não foi bem aceita, principalmente pela necessidade de utilização das escadas para acessar o banheiro no período noturno. Houve casos também de moradores que chegaram a retirar o corrimão da escada interna de acesso aos quartos, comprometendo a segurança da residência e exigindo intervenção da equipe de engenharia do Programa.

CAPÍTULO IV

4 A CONTABILIDADE, OS CUSTOS E OS FINANCIAMENTOS NA GESTÃO AMBIENTAL DO PROSAMIM I

4.1 A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE, DOS CUSTOS E FINANCIAMENTOS COM A GESTÃO AMBIENTAL DO PROSAMIM I.

A grande relação da contabilidade, dos custos e financiamentos com o programa foi muito estreita sobre todos os aspectos, principalmente no diz respeito à gestão ambiental, pois os problemas ambientais foram uns dos principais agentes para que o Programa se tornasse essa grande realidade, hoje, bastante apreciado mundialmente. Assim como o PROSAMIM tem como grande objetivo contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das Bacias dos Educandos.

A contabilidade apresentou-se em grande estilo como essencial contribuidora, onde, por intermédio de suas técnicas contábeis controlou, registrou e apurou todos esses fatos e em seguida por intermédio de suas demonstrações contábeis apresentou a todos que tem interesse nessas informações, como: governo, clientes, investidores e a sociedade em geral.

Portanto, por intermédio do Contrato de Empréstimo No. 1692/OC-BR firmado entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sobre o Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, em seus capítulos e cláusulas, principalmente nos capítulos I, II, III, onde contém os elementos peculiares da operação e nos dá os devidos conhecimentos e a relação da Contabilidade com o Programa (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, 2006, p.1-3).

Assim, o governo do estado, criou a UGPI – Unidade de Gerenciamento do Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus, para a execução do PROGRAMA. O PROSAMIM está dividido em 04 categorias:

- i. engenharia e Administração;

- ii. custos diretos (Obras e Atividades de Sustentabilidade Social e Institucional);
- iii. custos Concorrentes (Auditoria e Monitoramento; aquisição de terrenos);
- iv. custos Financeiros (Juros; Comissão de Compromisso e Fundo de Inspeção e Vigilância – FVI).

4.2 CUSTOS E FINANCIAMENTOS

O custo total do PROSAMIM I, na primeira etapa, foi de (US\$200.000.000 milhões de dólares), sendo que 70% (US\$140.000.000 milhões de dólares) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e 30% (US\$60.000.000 milhões de dólares) como contrapartida do Governo do Estado do Amazonas (UGPI, 2005, p.5). A figura 16, ilustra um complexo de vivendas do PROSAMIM I.



Figura 13 – Complexo de vivendas do PROSAMIM I.
Fonte: www.hardmob.com.br

O Manual Organizacional do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus PROSAMIM, 1692/OC-BR (2007), detalha as quatro categorias em que o Programa está dividido:

a) Engenharia e Administração: De acordo com UGPI, (2005, p.7), nesta categoria estão incluídos os custos relacionados com a elaboração dos projetos de engenharia, estudos geotécnicos, topográficos, batimétricos, econômicos, sociais e ambientais; supervisão de obras, gerenciamento do Programa e custos com o funcionamento da Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM – UGPI, [...] onde foram somados em IDB/OC US\$11.400,00, no APORTE LOCAL US\$3.100,00, perfazendo um total de US\$14.500,00.

b) Custos Diretos: estão incluídas as obras de macro e micro-drenagem, reordenamento urbano e reassentamento, parques e vias urbanas, infra-estrutura sanitária e ações de sustentabilidade social e institucional, incluindo Participação Comunitária, Comunicação Social, Educação Ambiental e Sanitária e Desenvolvimento institucional das seguintes entidades: Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM; Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico – SEMOSB; Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM; Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEDEMA; Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos – SEMULSP; Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB; Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas – SUHAB e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM/ Serviço Geológico Nacional. Nesta categoria foram somados o IDB/OC US\$126.100,0 e em APORTE LOCAL US\$32.508,1, perfazendo um total de US\$158.608,1 (UGPI, 2005, p.7).

c) Custos Concorrentes: estão incluídos os custos com aquisição de terrenos para o reassentamento das famílias afetadas; auditoria independente, avaliação e monitoramento da execução do Programa. Nesta categoria foram somados o IDB/OC em US\$2.500,0 e em seu Aporte Local US\$1.500,0, perfazendo um total de US\$4.000,0. Segundo dados aportados da tabela 1.

E por último,

d) Custos Financeiros: nessa categoria estão os juros que o Estado pagará ao BID sobre o saldo não desembolsado do financiamento, durante o período de liberação do empréstimo. Nesta categoria foi somado o IDB/OC não houve custo e em seu APORTE LOCAL US\$22.891,9, perfazendo um total de US\$22.891,9. De acordo aos valores da tabela 1. E, assim todos esses custos e financiamentos foram apresentados em suas origens por categorias de investimentos ao final de cada exercício.

A tabela 1 apresenta uma descrição desses recursos acima apontados.

Tabela 1 – Custo e Financiamento

CATEGORIA		\$		APORTE LOCAL		TOTAL	
		US\$mil	%	US\$mil	%	US\$ mil	%
1	Engenharia e Administração	11.400,0	78,62%	3.100,0	21,38%	14.500,0	7,3%
1.1	Unidade Executora	-	0,00%	3.100,0	100,00%	3.100,0	1,6%
1.2	Gerenciamento e Supervisão de Obras	8.900,0	100,00%	-	0,00%	8.900,0	4,5%
1.3	Estudos e Projetos	2.500,0	100,00%	-	0,00%	2.500,0	1,3%
11	Custos Diretos	126.100,0	79,50%	32.508,1	20,50%	158.608,1	79,3%
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	118.657,0	78,93%	31.681,1	21,07%	150.338,1	75,2%
2.1.1	Macro e micro drenagem	54.600,0	92,39%	4.500,0	7,61%	59.100,0	29,6%
2.1.2	Reordenamento urbano e reassentamento	45.000,0	79,65%	11.500,0	20,35%	56.500,0	28,3%
2.1.3	Parques e vias urbanas	10.500,0	51,47%	9.900,0	48,53%	20.400,0	10,2%
2.1.4	Infra-estrutura sanitária	8.557,0	59,68%	5.781,1	40,32%	14.338,1	7,2%
2.2	Sustentabilidade social e institucional	7.443,0	90,00%	827,0	10,00%	8.270,0	4,1%
2.2.1	Participação comunitária	2.000,0	100,00%	-	0,00%	2.000,0	1,0%
2.2.2	Comunicação social	300,0	100,00%	-	0,00%	300,0	0,2%
2.2.3	Educação ambiental e sanitária	700,0	100,00%	-	0,00%	700,0	0,4%
2.2.4	Desenvolvimento institucional	4.443,0	84,31%	827,0	15,69%	5.270,0	2,6%
111	Custos Concorrentes	2.500,0	62,50%	1.500,0	37,50%	4.000,0	2,0%
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	2.500,0	100,00%	-	0,00%	2.500,0	1,3%
3.2	Terrenos	-	0,00%	1.500,0	100,00%	1.500,0	0,8%
IV	Custos Financeiros	-	0,00%	22.891,9	100,00%	22.891,9	11,4%
4.1	Juros	-	0,00%	22.256,0	100,00%	22.256,0	11,1%
4.2	Comissão de Compromisso	-	0,00%	635,9	100,00%	635,9	0,3%
4.3	Fundo de Inspeção e Vigilância –RV	-		-		-	0,0%
TOTAIS		140.000,0	70,00%	60.000,0	30,00%	200.000,0	100,0%
PORCENTAGENS		70%		30%		100%	

Fonte: UGPI, 2005, p.5.

Em 31.12.2006, foram apresentados os valores dos custos e financiamentos dos investimentos acumulados por categoria, o BID teve um desembolso de US\$25.564.961,97 o Governo do Estado do Amazonas teve um desembolso de US\$33.914.591,85, perfazendo um total de US\$59.479.553,82 (BOUCINAS & CAMPOS, 2006, p.10).

Em 31.12.2007, forma apresentados os valores dos custos e financiamentos dos investimentos acumulados por categoria, o BID teve um desembolso de US\$87.951.354,00 o Governo do Estado do Amazonas teve um desembolso de US\$37.588.170,13, com um total entre os dois financiadores de US\$125.539.524,13 (BID, 2007, P.22).

Assim, também em 31.12.2008, foram apresentados os valores dos custos e financiamentos dos investimentos acumulados por categoria, o BID teve um desembolso de US\$55.165.088,08 e o Governo do Estado do Amazonas um desembolso de US\$20.864.014,09, com um total entre os financiadores de US\$76.029.102,17(BOUCINAS & CAMPOS, 2008, p.70).

No final desta primeira etapa, PROSAMIM I, em 31.12.2009, foram apresentados os valores dos custos e financiamentos por categoria, dos investimentos acumulados, o BID teve um desembolso de US\$140.000.000,00, o Governo do Estado do Amazonas teve um desembolso de US\$60.000.000,00 (BID, 2009, p.18).

Todos esses custos e financiamentos foram contabilizados na contabilidade pública e apresentados em seus demonstrativos contábeis, conforme a Lei nº 4.320/64, para que, principalmente os órgãos financiadores BID e o Governo do Estado do Amazonas e também a sociedade em geral tomassem os devidos conhecimentos.

4.3 A APLICAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PROSAMIM I.

O PROSAMIM I é um Programa que foi criado pelo governo do Estado do Amazonas. Em se tratando de instituições públicas, a contabilidade aplicada no Programa foi a Contabilidade Pública, que na forma preconizada pela Lei 4.320/64, evidenciou a situação de todas as receitas públicas (receitas) e de todas as despesas públicas (despesas) e ainda permitiu o acompanhamento da execução orçamentária e a capacidade da composição patrimonial.

Para analisar os fatos na Gestão Ambiental do PROSAMIM I, a Contabilidade Pública utilizou-se basicamente, três sistemas de contas denominados: Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro e Sistema Patrimonial.

As demonstrações contábeis Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial apresentaram-se assim:

O Balanço Orçamentário, definido no artigo 102 da Lei n.4.320/1964, apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas no Orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas executadas (arrecadadas e recolhidas aos cofres públicos) e com as despesas executadas (empenhadas).

O balanço orçamentário permite a apuração do déficit ou superávit do exercício. O demonstrativo orçamentário reflete o planejamento dos valores a serem gastos com todos os serviços. Pode-se empenhar menos do que a receita planejada (Figuras 14-a, 14-b, 14-c, 14-d).

Em avaliação do ano de 2007 houve o empenho de R\$ 105.946.592,33; a utilização desse valor foi a menor, como pode ser visto em comparação com os anos subsequentes.

Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	0,00	395.374,28	395.374,28	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO (1)	75.933.885,55	66.985.939,96	-8.947.945,59
RECEITAS CORRENTES	0,00	395.374,28	395.374,28	Créditos Orçamentários	75.933.885,55	66.985.939,96	-8.947.945,59
Receita Tributária	0,00	0,00		Créditos Orçamentários e Suplementares	75.933.885,55	66.985.939,96	-8.947.945,59
Receita de Contribuições	0,00	0,00		Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	395.374,28	395.374,28				
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00				
Receita Industrial	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00					
Transferências Correntes	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00					
Alienações de Crédito	0,00	0,00					
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00					
Transferências de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00				
Dedução da Receita	0,00	0,00					
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2)	0,00	64.463.887,98	64.463.887,98	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (2)	-8.704.411,94	0,00	8.704.411,94
Recursos Recebidos	0,00	73.168.299,92	73.168.299,92	Movimentação de Crédito	-8.704.411,94	0,00	8.704.411,94
Do Tesouro	0,00	73.168.299,92	73.168.299,92	Destaque Recebido	0,00	0,00	0,00
Do Destaque	0,00	0,00	0,00	Destaque Concedido	-8.704.411,94	0,00	8.704.411,94
Recursos Concedidos	0,00	-8.704.411,94	-8.704.411,94				
Do Tesouro	0,00	0,00					
Do Destaque	0,00	-8.704.411,94	-8.704.411,94				
TOTAL (1 + 2)	0,00	64.859.262,26	64.859.262,26	TOTAL (1 + 2)	67.229.473,61	66.985.939,96	-243.533,65
Deficit Total:	67.229.473,61	2.126.677,70	65.102.795,91	Superavit Total	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.229.473,61	66.985.939,96	-243.533,65	TOTAL	67.229.473,61	66.985.939,96	-243.533,65

Figura 14-a: Balanço Orçamentário/2006

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2006

Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	0,00	1.423.958,24	1.423.958,24	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO (1)	115.105.190,00	109.389.302,75	-5.715.887,25
RECEITAS CORRENTES	0,00	1.423.958,24	1.423.958,24	Créditos Orçamentários	115.105.190,00	109.389.302,75	-5.715.887,25
Receita Tributária	0,00	0,00		Créditos Orçamentários e Suplementares	115.105.190,00	109.389.302,75	-5.715.887,25
Receita de Contribuições	0,00	0,00		Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	1.423.958,24	1.423.958,24				
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00				
Receita Industrial	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00					
Transferências Correntes	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00					
Alienações de Crédito	0,00	0,00					
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00					
Transferências de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00				
Dedução da Receita	0,00	0,00					
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2)	0,00	105.946.592,33	105.946.592,33	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (2)	-1.694.873,72	2.234.151,00	3.929.024,72
Recursos Recebidos	0,00	109.875.617,05	109.875.617,05	Movimentação de Crédito	-1.694.873,72	2.234.151,00	3.929.024,72
Do Tesouro	0,00	109.875.617,05	109.875.617,05	Destaque Recebido	2.234.151,00	2.234.151,00	0,00
Do Destaque	0,00	0,00	0,00	Destaque Concedido	-3.929.024,72	0,00	3.929.024,72
Recursos Concedidos	0,00	-3.929.024,72	-3.929.024,72				
Do Tesouro	0,00	0,00					
Do Destaque	0,00	-3.929.024,72	-3.929.024,72				
TOTAL (1 + 2)	0,00	107.370.550,57	107.370.550,57	TOTAL (1 + 2)	113.410.316,28	111.623.453,75	-1.786.862,53
Deficit Total:	113.410.316,28	4.252.903,18	-109.157.413,10	Superavit Total	0,00	0,00	0,00
TOTAL	113.410.316,28	111.623.453,75	-1.786.862,53	TOTAL	113.410.316,28	111.623.453,75	-1.786.862,53

Figura 14-b: Balanço Orçamentário/2007

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2007

Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	0,00	1.216.137,04	1.216.137,04	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO (1)	192.799.189,25	154.269.065,82	-38.530.123,43
RECEITAS CORRENTES	0,00	1.216.137,04	1.216.137,04	Créditos Orçamentários	192.799.189,25	154.269.065,82	-38.530.123,43
Receita Tributária	0,00	0,00		Creditos Orçamentários e Suplementares	192.799.189,25	154.269.065,82	-38.530.123,43
Receita de Contribuições	0,00	0,00		Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	1.216.137,04	1.216.137,04				
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00				
Receita Industrial	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00					
Transferências Correntes	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00					
Alienações de Crédito	0,00	0,00					
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00					
Transferências de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00				
Dedução da Receita	0,00	0,00					
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2)	0,00	122.769.859,55	122.769.859,55	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (2)	1.214.603,22	0,00	1.214.603,22
Recursos Recebidos	0,00	123.984.462,77	123.984.462,77	Movimentação de Crédito	1.214.603,22	0,00	1.214.603,22
Do Tesouro	0,00	123.984.462,77	123.984.462,77	Destaque Recebido	0,00	0,00	0,00
Do Destaque	0,00	0,00	0,00	Destaque Concedido	1.214.603,22	0,00	1.214.603,22
Recursos Concedidos	0,00	-1.214.603,22	-1.214.603,22				
Do Tesouro	0,00	0,00					
Do Destaque	0,00	-1.214.603,22	-1.214.603,22				
TOTAL (1 + 2)	0,00	123.985.996,59	123.985.996,59	TOTAL (1 + 2)	191.584.586,03	154.269.065,82	-37.315.520,21
Deficit Total:	191.584.586,03	30.283.069,23	-161.301.516,80	Superavit Total	0,00	0,00	0,00
TOTAL	191.584.586,03	154.269.065,82	-37.315.520,21	TOTAL	191.584.586,03	154.269.065,82	-37.315.520,21

Figura 14-c: Balanço Orçamentário/2008

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2008

Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	0,00	181.288,20	181.288,20	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO (1)	198.669.758,31	184.443.787,23	-14.225.971,08
RECEITAS CORRENTES	0,00	181.288,20	181.288,20	Créditos Orçamentários	198.669.758,31	184.443.787,23	-14.225.971,08
Receita Tributária	0,00	0,00		Créditos Orçamentários e Suplementares	198.669.758,31	184.443.787,23	-14.225.971,08
Receita de Contribuições	0,00	0,00		Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	181.288,20	181.288,20				
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00				
Receita Industrial	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00					
Transferências Correntes	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00					
Alienações de Crédito	0,00	0,00					
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00					
Transferências de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00				
Dedução da Receita	0,00	0,00					
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2)	0,00	153.925.718,97	153.925.718,97	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (2)	-2.133.091,70	0,00	-2.133.091,70
Recursos Recebidos	0,00	156.058.738,67	156.058.738,67	Movimentação de Crédito	-2.133.091,70	0,00	-2.133.091,70
Do Tesouro	0,00	156.058.738,67	156.058.738,67	Destaque Recebido	0,00	0,00	0,00
Do Destaque	0,00	0,00	0,00	Destaque Concedido	-2.133.091,70	0,00	-2.133.091,70
Recursos Concedidos	0,00	-2.133.019,70	-2.133.019,70				
Do Tesouro	0,00	0,00	0,00				
Do Destaque	0,00	-2.133.019,70	-2.133.019,70				
TOTAL (1 + 2)	0,00	154.107.007,17	154.107.007,17	TOTAL (1 + 2)	196.536.738,61	184.443.787,23	-12.092.951,38
Deficit Total:	196.536.738,61	30.336.780,06	-166.199.958,55	Superavit Total	0,00	0,00	0,00
TOTAL	196.536.738,61	184.443.787,23	-12.092.951,38	TOTAL	196.536.738,61	184.443.787,23	-12.092.951,38

Figura 14-d: Balanço Orçamentário/2009

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2009

O Balanço Financeiro definido no art. 103 da Lei n. 4.320/1964, apresenta as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária os saldos iniciais e finais das disponibilidades.

Através do demonstrativo são apurados os ingressos (receitas) e os dispêndios (despesas), que são os valores que foram empenhados e efetivamente pagos. Exemplo disso são os TÍTULOS (ações do Estado).

Observa-se no Balanço Financeiro (Figura 15-a, 15-b, 15-c, 15-d), as entradas das várias arrecadações de receitas seja orçamentária (Figura 14-a: R\$ 1.423.868,24) e extra-orçamentária (R\$ 11.369.692,08) no ano de 2007.

É também nesse Balanço que há a demonstração do saldo do exercício anterior (Figura 15-a – R\$ 17.198.449,71) bem como no saldo atualizado, vemos a disponibilidade financeira para o próximo exercício (R\$ 7.275.801,48)

Título	Valores		Título	Valores
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		395.374,28	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	66.985.939,96
RECEITAS CORRENTES		395.374,28	Legislativa	8.350,00
Receita Tributária	0,00		Judiciária	0,00
Receita de Contribuições	0,00		Essencial a Justiça	0,00
Receita Patrimonial	395.374,28		Administração	408.701,14
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Segurança Pública	0,00
Receita Industrial	0,00		Assistência Social	320.000,00
Receita de Serviços	0,00		Saúde	0,00
Transferências Correntes	0,00		Trabalho	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00		Educação	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	Cultura	0,00
Operações de Crédito	0,00		Direitos de Cidadania	0,00
Alienações de Crédito	0,00		Urbanismo	474.849,55
Amortização de Empréstimos	0,00		Habituação	17.302.202,40
Transferências de Capital	0,00		Saneamento	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		Gestão Ambiental	0,00
DEDUÇÃO DA RECEITA		0,00	Ciência e Tecnologia	1.613.960,19
Dedução da Receita	0,00		Agricultura	0,00
			Organização Agrária	0,00
			Comércio e Serviços	0,00
			Comunicação	0,00
			Energia	0,00
			Transporte	0,00
			Desporto e Lazer	0,00
			Encargos Especiais	0,00
Imobilizado				
Bens Imóveis				
Bens Móveis				
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		64.463.387,98		
Recursos Recebidos		73.168.299,92		
Do Tesouro	73.168.299,92			
Do Destaque	0,00			
Recursos Concedidos		-8.704.411,94		
Do Tesouro	0,00			
Do Destaque	-8.704.411,94			
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		18.901.738,68	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.402.505,61
DEPÓSITOS		1.404.753,03	DEPÓSITOS	1.402.505,61
Consignações	1.404.753,03		Consignações	1.402.505,61
Depósitos Diversos Origens	0,00		Depósitos Diversos Origens	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		17.496.985,63	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	0,00
Restos a Pagar Processados	16.112,58		Restos a Pagar Processados	0,00
Restos a Pagar Não Processados	17.480.873,05		Restos a Pagar Não Processados	0,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		0,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00
Créditos a Receber	0,00		Créditos a Receber	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00		Adiantamentos Concedidos	0,00

INTERFERÊNCIAS ATIVAS			49.852.061,19	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			48.056.186,83
Movimentação Intergestora	49.852.061,19			Movimentação Intergestora	49.056.186,83		
Desincorporação de Obrigações - Outros Credores e Fundeb	0,00			Agente Arrecadador			
Incorporação Financeiras	0,00			Incorporação de Obrigações			
	0,00			Desincorporação Financeira			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00		0,00	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL			17.198.449,71
Disponível		0,00		Disponível		17.198.449,71	
Bancos Conta Movimento	0,00			Bancos Conta Movimento	17.198.449,71		
Aplicações Financeiras	0,00			Aplicações Financeiras			
Agentes Arrecadadores	0,00			Agentes Arrecadadores			
TOTAL DA RECEITA			133.643,082,11	TOTAL DA DESPESA			133.643,082,11

Figura 15-a: Balanço Financeiro/2006

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2006

Título	Valores		Título	Valores
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1.423.958,24	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	111.623.453,75
RECEITAS CORRENTES		1.423.958,24	Legislativa	0,00
Receita Tributária	0,00		Judiciária	0,00
Receita de Contribuições	0,00		Essencial a Justiça	0,00
Receita Patrimonial	1.423.958,24		Administração	2.164.819,06
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Segurança Pública	0,00
Receita Industrial	0,00		Assistência Social	0,00
Receita de Serviços	0,00		Saúde	0,00
Transferências Correntes	0,00		Trabalho	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00		Educação	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	Cultura	0,00
Operações de Crédito	0,00		Direitos de Cidadania	0,00
Alienações de Crédito	0,00		Urbanismo	106.820.392,35
Amortização de Empréstimos	0,00		Habitação	404.091,34
Transferências de Capital	0,00		Saneamento	2.234.151,00
Outras Receitas de Capital	0,00		Gestão Ambiental	0,00
DEDUÇÃO DA RECEITA		0,00	Ciência e Tecnologia	0,00
Dedução da Receita	0,00		Agricultura	0,00
			Organização Agrária	0,00
			Comércio e Serviços	0,00
			Comunicação	0,00
			Energia	0,00
			Transporte	0,00
			Desporto e Lazer	0,00
			Encargos Especiais	0,00
Imobilizado				
Bens Imóveis				
Bens Móveis				
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		105.946.592,33		
Recursos Recebidos		109.875.617,05		
Do Tesouro	109.875.617,05			
Do Destaque	0,00			
Recursos Concedidos		-3.929.024,72		
Do Tesouro	0,00			
Do Destaque	-3.929.024,72			
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.499.563,31
DEPÓSITOS		4.270.058,61	DEPÓSITOS	4.270.424,04
Consignações	4.270.058,61		Consignações	4.270.424,04
Depósitos Diversos Origens	0,00		Depósitos Diversos Origens	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		7.089.470,47	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	17.229.139,27
Restos a Pagar Processados	60.948,91		Restos a Pagar Processados	16.112,58
Restos a Pagar Não Processados	7.028.521,56		Restos a Pagar Não Processados	17.213.026,69
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		0,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00
	0,00			0,00

Créditos a Receber	0,00		Créditos a Receber	0,00	
Adiantamentos Concedidos	0,00		Adiantamentos Concedidos	0,00	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		123.187.446,23	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		118.717.157,07
Movimentação Intergestora	123.187.446,22		Movimentação Intergestora	118.717.157,07	
Desincorporação de Obrigações - Outros Credores e Fundeb	0,00		Agente Arrecadador	0,00	
Incorporação Financeiras	0,01		Incorporação de Obrigações	0,00	
			Desincorporação Financeira	0,00	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		17.198,449,71	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL		7.275.801,46
Disponível		17.198,449,71	Disponível	7.275.801,46	
Bancos Conta Movimento	17.198,449,71		Bancos Conta Movimento	7.275.801,46	
Aplicações Financeiras	0,00		Aplicações Financeiras		
Agentes Arrecadadores	0,00		Agentes Arrecadadores		
TOTAL DA RECEITA		259.115.975,59	TOTAL DA DESPESA		259.115.975,59

Figura 15-b: Balanço Financeiro/2007

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2007

Título	Valores		Título	Valores
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1.216.137,04	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	154.269.065,82
RECEITAS CORRENTES		1.216.137,04	Legislativa	0,00
Receita Tributária	0,00		Judiciária	0,00
Receita de Contribuições	0,00		Essencial a Justiça	0,00
Receita Patrimonial	1.216.137,04		Administração	2.392.885,57
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Segurança Pública	0,00
Receita Industrial	0,00		Assistência Social	0,00
Receita de Serviços	0,00		Saúde	0,00
Transferências Correntes	0,00		Trabalho	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00		Educação	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	Cultura	0,00
Operações de Crédito	0,00		Direitos de Cidadania	0,00
Alienações de Crédito	0,00		Urbanismo	151.401.330,70
Amortização de Empréstimos	0,00		Habituação	474.849,55
Transferências de Capital	0,00		Saneamento	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		Gestão Ambiental	0,00
DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	Ciência e Tecnologia	0,00
Dedução da Receita	0,00		Agricultura	0,00
			Organização Agrária	0,00
			Comércio e Serviços	0,00
			Comunicação	0,00
Imobilizado			Energia	0,00
Bens Imóveis			Transporte	0,00
Bens Móveis			Desporto e Lazer	0,00
			Encargos Especiais	0,00
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		122.769.859,55		
Recursos Recebidos		123.984.462,77		
Do Tesouro	123.984.462,77			
Do Destaque	0,00			
Recursos Concedidos		-1.214.603,22		
Do Tesouro	0,00			
Do Destaque	-1.214.603,22			
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		8.120.203,79	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.974.070,43
DEPÓSITOS		4.376.770,68	DEPÓSITOS	4.362.463,03
Consignações	4.376.770,68		Consignações	4.362.463,03
Depósitos Diversos Origens	0,00		Depósitos Diversos Origens	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		3.743.433,11	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.611.607,40
Restos a Pagar Processados	434.998,35		Restos a Pagar Processados	60.948,91
Restos a Pagar Não Processados	3.308.434,76		Restos a Pagar Não Processados	6.550.658,49
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	0,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00

Créditos a Receber	0,00		Créditos a Receber	0,00	
Adiantamentos Concedidos	0,00		Adiantamentos Concedidos	0,00	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		158.339.069,50	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		128.893.733,74
Movimentação Intergestora	158.339.069,50		Movimentação Intergestora	128.893.733,74	
Desincorporação de Obrigações - Outros Credores e Fundeb	0,00		Agente Arrecadador	0,00	
Incorporação Financeiras			Incorporação de Obrigações	0,00	
			Desincorporação Financeira	0,00	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		7.275.801,46	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL		3.584.201,35
Disponível		7.275.801,46	Disponível	3.584.201,35	
Bancos Conta Movimento	7.275.801,46		Bancos Conta Movimento	3.584.201,35	
Aplicações Financeiras	0,00		Aplicações Financeiras	0,00	
Agentes Arrecadadores	0,00		Agentes Arrecadadores	0,00	
TOTAL DA RECEITA		297.721.071,34	TOTAL DA DESPESA		297.721.071,34

Figura 15-c: Balanço Financeiro/2008

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2008

Título	Valores		Título	Valores
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		181.288,20	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	184.443.787,23
RECEITAS CORRENTES		181.288,20	Legislativa	0,00
Receita Tributária	0,00		Judiciária	0,00
Receita de Contribuições	0,00		Essencial a Justiça	0,00
Receita Patrimonial	181.288,20		Administração	699,56
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Segurança Pública	0,00
Receita Industrial	0,00		Assistência Social	0,00
Receita de Serviços	0,00		Saúde	0,00
Transferências Correntes	0,00		Trabalho	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00		Educação	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	Cultura	0,00
Operações de Crédito	0,00		Direitos de Cidadania	0,00
Alienações de Crédito	0,00		Urbanismo	184.443.087,67
Amortização de Empréstimos	0,00		Habitação	0,00
Transferências de Capital	0,00		Saneamento	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		Gestão Ambiental	0,00
DEDUÇÃO DA RECEITA		0,00	Ciência e Tecnologia	0,00
Dedução da Receita	0,00		Agricultura	0,00
			Organização Agrária	0,00
			Comércio e Serviços	0,00
			Comunicação	0,00
			Energia	0,00
			Transporte	0,00
			Desporto e Lazer	0,00
			Encargos Especiais	0,00
Imobilizado				
Bens Imóveis				
Bens Móveis				
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		153.925.718,97		
Recursos Recebidos		156.058.738,67		
Do Tesouro	156.058.738,67			
Do Destaque	0,00			
Recursos Concedidos		-2.133.019,70		
Do Tesouro	0,00			
Do Destaque	-2.133.019,70			
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		17.011.989,92	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.118.943,07
DEPÓSITOS		5.025.250,39	DEPÓSITOS	4.917.512,37
Consignações	5.025.250,39		Consignações	4.917.512,37
Depósitos Diversos Origens	0,00		Depósitos Diversos Origens	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		11.935.071,95	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	17.299.139,27
Restos a Pagar Processados	51.667,58		Restos a Pagar Processados	441.288,32
Restos a Pagar Não Processados	11.935.071,95		Restos a Pagar Não Processados	2.760.133,38

CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	0,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	0,00
Créditos a Receber	0,00		Créditos a Receber	0,00	
Adiantamentos Concedidos	0,00		Adiantamentos Concedidos	0,00	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		180.384.522,89	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		118.717.157,07
Movimentação Intergestora	180.384.522,89		Movimentação Intergestora	146.937.468,96	
Desincorporação de Obrigações - Outros Credores e Fundeb	0,00		Agente Arrecadador	0,00	
Incorporação Financeiras	0,01		Incorporação de Obrigações	0,00	
			Desincorporação Financeira	0,00	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		3.584.201,35	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL		15.587.522,07
Disponível		3.584.201,35	Disponível		15.587.522,07
Bancos Conta Movimento	3.584.201,35		Bancos Conta Movimento	15.587.522,07	
Aplicações Financeiras	0,00		Aplicações Financeiras	0,00	
Agentes Arrecadadores	0,00		Agentes Arrecadadores	0,00	
TOTAL DA RECEITA		355.087.721,33	TOTAL DA DESPESA		355.087.721,33

Figura 15-d: Balanço Financeiro/2009

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2009

O Balanço Patrimonial demonstrou de forma detalhada os componentes patrimoniais (ativo, passivo e saldo patrimonial), conforme o art. 105 da Lei 4320/1964.

Este Balanço reflete o que a Unidade possui nos bancos (Disponível – Bancos Conta Movimento – R\$ 7.275.801,46). É nele que aparecem as dívidas e obrigações, direitos e bens, enfim as ações. É uma fotografia das ações da empresa. Percebe-se, portanto, que os valores apresentados fecharam com as ações proposta pelo Governo estando aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Título	Valores		Título	Valores
ATIVO FINANCEIRO		17.198.449,71	PASSIVO FINANCEIRO	17.499.233,05
Disponível	17.198.449,71		DEPÓSITOS	2.247,42
Bancos Conta Movimento	17.198.449,71		Consignações	2.247,42
Aplicações Financeiras			Depósitos Diversas Origens	
Agentes Arrecadadores				
Créditos em Circulação	0,00		OBRIGAÇÕES POR EMPENHO	17.496.985,63
Créditos a Receber			Restos a Pagar Anos Anteriores	
Devedores, Entidades e Agentes			Restos a Pagar Processados	60.948,91
Adiantamentos Concedidos			Restos a Pagar Não Processados	7.028.521,56
Bens e Valores em Circulação	0,00			
Estoques				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		320.000,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Créditos Realizáveis	320.000,00		Dívida Fundada	0,00
Dívida Ativa	320.000,00		Dívida Fundada Interna	
Financiamentos			Parcelamento INSS	
Outros Créditos			Dívida Fundada Externa	
ATIVO PERMANENTE		15.098,00	PATRIMÔNIO	34.314,66
Investimentos	0,00		SALDO PATRIMONIAL	34.314,66
Participações Societárias			Resultado Exercício Anterior	
Participações no Capital de Empresas			Resultado Exercício Atual	34.314,66
Imobilizado	15.098,00			
Bens Imóveis				
Bens Móveis	78.801,18			
ATIVO COMPENSADO		0,00	PASSIVO COMPENSADO	0,00
COMPENSADO	0,00		COMPENSADO	0,00
Compensações Diversas			Compensações Diversas	0,00
TOTAL ATIVO		17.533.547,71	TOTAL PASSIVO	17.533.547,71

Figura 16-a: Balanço Patrimonial/2006

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2006

Título	Valores		Título	Valores
ATIVO FINANCEIRO		7.275.801,46	PASSIVO FINANCEIRO	7.091.352,46
Disponível	7.275.801,46		DEPÓSITOS	1.881,99
Bancos Conta Movimento	7.275.801,46		Consignações	1.881,99
Aplicações Financeiras			Depósitos Diversas Origens	
Agentes Arrecadadores				
Créditos em Circulação	0,00		OBRIGAÇÕES POR EMPENHO	7.089.470,47
Créditos a Receber			Restos a Pagar Anos Anteriores	
Devedores, Entidades e Agentes			Restos a Pagar Processados	60.948,91
Adiantamentos Concedidos			Restos a Pagar Não Processados	7.028.521,56
Bens e Valores em Circulação	0,00			
Estoques				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		320.000,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Créditos Realizáveis	320.000,00		Dívida Fundada	0,00
Dívida Ativa	320.000,00		Dívida Fundada Interna	
Financiamentos			Parcelamento INSS	
Outros Créditos			Dívida Fundada Externa	
ATIVO PERMANENTE		78.801,18	PATRÍMÔNIO	583.250,18
Investimentos	0,00		SALDO PATRIMONIAL	583.250,18
Participações Societárias			Resultado Exercício Anterior	34.314,66
Participações no Capital de Empresas			Resultado Exercício Atual	548.935,52
Imobilizado	78.801,18			
Bens Imóveis				
Bens Móveis	78.801,18			
ATIVO COMPENSADO		0,00	PASSIVO COMPENSADO	0,00
COMPENSADO	0,00		COMPENSADO	0,00
Compensações Diversas			Compensações Diversas	
TOTAL ATIVO		7.674.602,64	TOTAL PASSIVO	7.674.602,64

Figura 16-b: Balanço Patrimonial/2007

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2007

Título	Valores		Título	Valores
ATIVO FINANCEIRO		3.584.201,35	PASSIVO FINANCEIRO	3.765.912,72
Disponível	3.584.201,35		DEPÓSITOS	16.189,64
Bancos Conta Movimento	3.584.201,35		Consignações	16.189,64
Aplicações Financeiras			Depósitos Diversas Origens	
Agentes Arrecadadores				
Créditos em Circulação			OBRIGAÇÕES POR EMPENHO	3.749.723,08
Créditos a Receber			Restos a Pagar Anos Anteriores	6.289,97
Devedores, Entidades e Agentes			Restos a Pagar Processados	434.998,08
Adiantamentos Concedidos			Restos a Pagar Não Processados	3.308.434,76
Bens e Valores em Circulação				
Estoques				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		320.000,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Créditos Realizáveis	320.000,00		Dívida Fundada	
Dívida Ativa	320.000,00		Dívida Fundada Interna	
Financiamentos			Parcelamento INSS	
Outros Créditos			Dívida Fundada Externa	
ATIVO PERMANENTE		1.422.523,28	PATRÍMÔNIO	1.560.811,91
Investimentos			SALDO PATRIMONIAL	1.560.811,91
Participações Societárias			Resultado Exercício Anterior	583.250,18
Participações no Capital de Empresas			Resultado Exercício Atual	977.561,73
Imobilizado	1.422.523,28			
Bens Imóveis				
Bens Móveis	1.422.523,28			
ATIVO COMPENSADO		4.000,00	PASSIVO COMPENSADO	4.000,00
COMPENSADO	4.000,00		COMPENSADO	4.000,00
Compensações Diversas	4.000,00		Compensações Diversas	4.000,00
TOTAL ATIVO		5.330.724,63	TOTAL PASSIVO	5.330.724,63

Figura 16-c: Balanço Patrimonial/2008

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2008

Título	Valores	Título	Valores
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
	15.587.522,07		12.110.658,19
Disponível	15.587.522,07	DEPÓSITOS	123.918,66
Bancos Conta Movimento	15.587.522,07	Consignações	123.918,66
Aplicações Financeiras		Depósitos Diversas Origens	
Agentes Arrecadadores			
Créditos em Circulação		OBRIGAÇÕES POR EMPENHO	11.986.739,53
Créditos a Receber		Restos a Pagar Anos Anteriores	
Devedores, Entidades e Agentes		Restos a Pagar Processados	51.667,58
Adiantamentos Concedidos		Restos a Pagar Não Processados	11.935.071,95
Bens e Valores em Circulação			
Estoques			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	320.000,00		
Créditos Realizáveis	320.000,00	Dívida Fundada	
Dívida Ativa	320.000,00	Dívida Fundada Interna	
Financiamentos		Parcelamento INSS	
Outros Créditos		Dívida Fundada Externa	
ATIVO PERMANENTE		PATRIMÔNIO	4.642.004,87
	845.140,99	SALDO PATRIMONIAL	4.642.004,87
Investimentos		Resultado Exercício Anterior	1.560.811,91
Participações Societárias		Resultado Exercício Atual	3.081.192,96
Participações no Capital de Empresas			
Imobilizado	845.140,99		
Bens Imóveis			
Bens Móveis	845.140,99		
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO	8.000,00
	8.000,00	COMPENSADO	8.000,00
Compensações Diversas	8.000,00	Compensações Diversas	8.000,00
TOTAL ATIVO	16.760.663,06	TOTAL PASSIVO	16.760.663,06

Figura 16-d: Balanço Patrimonial/2009

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2009

Diante dessa perspectiva, percebe-se que a Contabilidade aplicada no PROSAMIM I, foi um verdadeiro instrumento de controle para que o processo de gestão fluísse com mais segurança, e buscasse mais garantia dos recursos financeiros disponíveis, assim como os compromissos assumidos e também manter o equilíbrio das contas públicas.

A Contabilidade aplicada no PROSAMIM I teve como grande contribuição no final do Programa os benefícios oferecidos aos moradores que vivem no entorno da Bacia dos Educandos, em todos os aspectos sociais, urbanísticos e ambientais.

CAPÍTULO V

5 RESULTADOS OBTIDOS

A grande contribuição que a Contabilidade obteve no final do Programa, foram os benefícios oferecidos aos moradores que vivem entorno da Bacia dos Educandos. Condições mais dignas de moradia, proporcionando bem-estar aos moradores, são algumas das consequências positivas do PROSAMIM, já que este se constitui como uma tentativa para se corrigir o crescimento desordenado em algumas áreas dos igarapés da cidade, pois “a ausência de alternativas legais de acesso à terra urbana e à moradia empurrou a população pobre para os terrenos mais impróprios para fins de moradia”. (ALFONSIN, 2006, p. 282). Assim sendo, a ocupação desordenada de Manaus gerou uma situação de conflitos socioambientais.

Para as famílias cadastradas no Programa, quatro eram as opções de assentamentos (BATISTA, 2012).

- Indenização – O proprietário que reside ou não no imóvel, que tem valor superior a R\$ 21 mil, recebe uma indenização em dinheiro equivalente ao valor de mercado da benfeitoria.
- Bônus – O morador/proprietário recebe um bônus moradia no valor de até R\$21mil, para aquisição de imóvel residencial, devidamente regularizado (IPTU, Água, Luz), no Estado do Amazonas, após ser avaliado pelo PROSAMIM.
- Unidade Habitacional – São as novas moradias construídas em solo criado nos igarapés beneficiados pelo Programa.
- Conjuntos Habitacionais – São casas em conjuntos populares localizadas na Zona Norte da Cidade avaliadas no valor de R\$ 21 mil.

Entre os anos de 2005 e 2010, a concessão de benefícios ficou assim distribuída, conforme demonstra a tabela 2:

Tabela 2: Resumo das Soluções de Reposição de Moradia concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM

Igarapé	Tipo de Solução	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Quarenta	Bônus	457	453	35	4	1	0	950
	Casa conjunto Habitacional	266	135	40	65	8	1	515
	Indenização Morador Proprietário	191	181	95	17	25	0	509
Subtotal		914	769	170	86	34	1	1974
Cachoeirinha	Bônus	498	140	10	15	0	0	663
	Casa conjunto Habitacional	205	56	15	6	2	0	284
	Indenização Morador Proprietário	227	84	27	6	0	0	344
Subtotal		930	280	52	27	2	0	1291
Manaus	Bônus	0	35	24	3	0	0	62
	Casa conjunto Habitacional	0	4	27	7	1	0	39
	Unidade Habitacional	0	0	320	126	38	1	485
	Indenização Morador Proprietário	0	35	127	83	14	0	259
Subtotal		0	74	498	219	53	1	845
Bittencourt	Bônus	0	14	16	8	4	1	43
	Casa conjunto Habitacional	0	10	11	0	3	0	24
	Unidade Habitacional	0	0	98	94	2	0	194
	Indenização Morador Proprietário	0	0	3	8	24	16	51
Subtotal		0	24	128	110	33	17	312
Mestre Chico	Bônus	9	140	106	18	2	0	275
	Casa conjunto Habitacional	10	69	37	15	20	1	152
	Unidade Habitacional	0	0	0	135	158	0	293
	Indenização Morador Proprietário	5	4	3	16	42	20	90
Subtotal		1.868	1.360	994	626	344	40	5.232

Fonte: AMAZONAS, 2011

O fato de os anos de 2005 e 2006 concentrarem o maior número de remanejamentos demonstra que os dados coletados durante a avaliação do reassentamento poderiam avaliar o impacto das ações realizadas com até 05 anos

de intervalo entre a solução aplicada e a aplicação dos questionários, dando uma margem temporal potencialmente rica para as análises sobre o impacto do Programa na vida dos beneficiários

Comparando todos os anos apresentados nos relatórios, a solução mais aplicada entre os igarapés Quarenta, Cachoerinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico foi Bônus, com 38% do total de soluções aplicadas.

É importante que se faça essa distinção a respeito dos igarapés contemplados com recursos do BID em comparação àqueles financiados pelo Governo/CAIXA porque apenas os primeiros receberam acompanhamento de pós-reassentamento, incluídas aí as atividades de educação ambiental, adaptação à nova moradia e capacitação profissional. São de se questionar os motivos pelos quais os igarapés da contrapartida não tiveram os mesmos procedimentos de execução do trabalho aplicados aos beneficiários contemplados com financiamento do BID.

As soluções de compensação financeiras foram mais aplicadas nos anos de 2007 e 2008, sendo os igarapés Mestre Chico e Manaus aqueles que mais optaram por essas soluções. Destaca-se o fato de a solução de Indenização ao Morador Não Proprietário aquela mais aplicada em todos os casos.

Quanto à questão da área social, foram implantadas áreas de lazer, programas de educação sanitária e ambiental. Capacitaram os moradores, promovendo a sustentabilidade das intervenções realizadas, etc. Os custos e financiamentos aplicados nessas áreas foram desembolsados e contabilizados, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Custo e Financiamento-área social

CATEGORIA	\$		APORTE LOCAL		TOTAL	
	US\$mil	IDB/OC %	US\$mil	%	US\$ mil	%
Parques e vias urbanas	10.500,0	51.47%	9.900,0	48.53%	20.400,0	10.2%
Sustentabilidade social e institucional	7.443,0	90,00%	827,0	10,00%	8.270,0	4,1%
Participação comunitária	2.000,0	100,00 %	-	0,00%	2.000,0	1,0%
Comunicação social	300,0	100,00 %	-	0,00%	300,0	0,2%
Educação ambiental e sanitária	700,0	100,00 %	-	0,00%	700,0	0,4%
Desenvolvimento institucional	4.443,0	84.31%	827,0	15.69%	5.270,0	2.6%

Fonte: UGPI, 2005, p.5.

Na figura 17 pode-se observar a área de lazer, depois de construída.



Figura 17 – Área de lazer do PROSAMIM I.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Com relação à área urbanística, foram implantadas novas vias urbanas, reassentaram e melhoraram as condições de moradia, regularizaram a posse de terra, etc. Todos os custos e financiamentos nessas áreas foram desembolsados e contabilizados, conforme mostra tabela a seguir.

Tabela 4 – Custo e Financiamento-área urbanística

CATEGORIA	\$		IDB/OC		APORTE LOCAL		TOTAL	
	US\$mil	%	US\$mil	%	US\$ mil	%	US\$ mil	%
Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	118.657,0	78,93%	31.681,1	21,07%	150.338,1	75,2%		
Macro e micro drenagem	54.600,0	92,39%	4.500,0	7,61%	59.100,0	29,6%		
Reordenamento urbano e reassentamento	45.000,0	79,65%	11.500,0	20,35%	56.500,0	28,3%		

Fonte: UGPI, 2005, p.5.



Figura 18 - Melhorias Urbanas do PROSAMIM I.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

E na área ambiental, melhoraram as condições ambientais e de saúde, implantaram sistemas de drenagem de esgoto, abastecimento de água potável, coleta e disposição final do lixo, etc. todos os custos e financiamentos nessas áreas foram desembolsados e contabilizados, conforme mostra a tabela.

Tabela 5– Custo e Financiamento-Infraestrutura

CATEGORIA	\$		APORTE LOCAL		TOTAL	
	US\$mil	%	US\$mil	%	US\$ mil	%
Infra-estrutura sanitária	8.557.0	59.68%	5.781.1	40.32%	14.338.1	7.2%

Fonte: UGPI, 2005, p.5.

Essa ação urbanística encontra-se melhor ilustrada na figura 19 onde apresenta-se o saneamento que foi efetuado no Igarapé do PROSAMIM I.



Figura 19 – Saneamento do Igarapé PROSAMIM I.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

E assim se pode comprovar que todos os custos e financiamentos empregados no Programa que foram contabilizados por intermédio da Contabilidade de maneira eficiente, controlou todas as fases do processo de gestão ambiental do

PROSAMIM I, e conseqüentemente, no processo decisório, fornecendo informações financeiras e não financeiras aos usuários que dela necessitam, principalmente aos organismos financiadores.

Ficaram também comprovados que todos os custos e financiamentos aplicados no PROSAMIM I foram revestidos, principalmente em benefícios da população que residem nas bacias dos Educandos/Quarenta.

CAPÍTULO VI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONCLUSÃO

De fato, as questões ambientais envolvem a todos e por mais que as consequências das irresponsabilidades ambientais sejam desiguais para as diferentes camadas da sociedade, o motivo da crescente preocupação com a preservação do meio ambiente é simples e atinge toda a população: lutar por uma melhor qualidade de vida e pela sobrevivência das gerações futuras.

E dentro dessa realidade de recursos escassos, a contabilidade proporcionou, de maneira sistêmica, o controle, registro e demonstração dos recursos disponíveis do Programa – origem, aplicação e saldos dos recursos, atendendo a legislação vigente do país às exigências contratuais do organismo financiador quanto ao controle e registro financeiros contábeis. Que por meio de uma linguagem clara e objetiva, foram também detalhadas as principais nuances da elaboração, execução e apresentação dos resultados da gestão do Orçamento no PROSAMIM I, como também no processo de elaboração das demonstrações contábeis, enfatizando a importância das técnicas contábeis como ferramentas de interpretação e divulgação do uso e controle dos recursos.

E, assim em 31.12.2009, término do exercício, foi feita auditoria onde se verificou que as demonstrações financeiras apresentadas, estavam razoavelmente, em todos os seus aspectos relevantes, a conversão em dólares norte-americanos, os recursos recebidos e os desembolsados efetuados e os investimentos acumulados do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM I encontram-se em conformidade com as políticas contábeis descritas na nota explicativa n.2 e com os termos do contrato do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID n.1.692/OC-BR (BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI, 2010).

A Contabilidade se transformou, assim, em genuíno instrumento de controle na gestão do PROSAMIM I, sendo por isso muito importante e essencial a difusão de seu conhecimento para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. **O Essencial da Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR ISO 14001: sistemas de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro, 1996.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva 2007.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Contrato de Empréstimo Nº 1692/OC-BR**. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Governo do Amazonas. 19 de jan. 2006.

BOUCINHAS & CAMPOS. Governo do Estado do Amazonas, Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. **BID -Contrato de Empréstimo Nº1.692/OC-BR**. 2006.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. – 1. ed. - 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, Carlos Gomes. **Introdução ao Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. Letras & letras, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática S.A, 2007.

COSTA, Marcos O. O Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus –PROSAMIM, 2012. Disponível em: < <https://marcosocosta.wordpress.com/2012/11/25/o-programa-de-saneamento-dos-igarapes-de-manaus-prosamim/>>. Acesso jul, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, A. C. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. – São Paulo: Atlas, 2003.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade ambiental como sistema de informações**. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, DF: ano 31, n.133, p.69-83. Disponível na Internet:<<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=49>>. Acesso em 20 abr.de 2015.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2000.

LIMA, D. V.; VIEGAS, W. **Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo: USP, n. 30, p. 46-53, set./dez. 2002.

MACHADO, Jacimara Guerra. **Gestão Ambiental na Administração Pública: a mudança dos padrões de consumo “começa em casa”**. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2002.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva 2010.

NEVES, S.; VICECONTI. P. E. V. **Curso moderno de contabilidade**. São Paulo: Lisa, 1995.

PROSAMIM. **Histórico do Prosamim**. 2008. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim/>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. **Prosamim I**. 2012. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/prosamim-i/>. Acesso em: 24 abr. 2015.

REIS, M. J.L. **ISO 14000 Gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade** – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed.: 1995 .Disponível na Internet:< <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/sistema.html>. Acesso em abr, 2015.

RIBEIRO, M. S **Gestão Estratégica dos Custos Ambientais**. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Custos**. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Custos, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão territorial e violência. O caso de São Paulo, Brasil**. In: FERNANDES, Edésio (Org.). VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 259 p

SANT'ANNA, Mariana Senna. **Estudos de impacto de vizinhança: instrumento de garantia da qualidade de vida dos cidadãos urbanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2007

TCEAM. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Secretaria de Controle Externo Comissão das Contas do Governador. **Relatório e Parecer Prévio Das Contas do Governo do Estado do Amazonas**. 2006.

TOLDO, Marisa. **Responsabilidade Social Empresarial**. Instituto Ethos, Responsabilidade Social das Empresas. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA DE IGARAPÉS DE MANAUS - UGPI. **Relatório Inicial**. Governo do Estado do Amazonas. 2010.

_____. **Relatório Fotográfico do PROSAMIM**, governo do Estado do Amazonas, Manaus. 2009.